

Desenvolvimento sustentável.

Correntes e polémicas em tempos difíceis

Por: Viriato Soromenho-Marques – Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Coordenador do Programa Gulbenkian Ambiente

Ilustrações: Paulo Cintra



Viver em épocas históricas é bastante mais doloroso do que estudá-las. Os leitores destas linhas já aprenderam, à sua custa, a verdade profunda desta máxima da sabedoria dos povos. Em Portugal, na Europa, no Mundo, as placas tectónicas do sistema económico e financeiro começaram a mover-se de forma visível em 2007, e de modo ostensivo, potencialmente catastrófico, desde 2008, com a «crise do *sub-prime*», que originada nos EUA se disseminou pelo planeta através das artérias financeiras, e depois de 2010, pela eclosão da crise das «dívidas soberanas», que partiu da Europa para o Mundo

A mudança é de uma dimensão e de uma densidade que ultrapassam tanto a nossa capacidade de compreensão, como o nosso poder de avaliação. O que sabemos é que a mudança é tão ou mais profunda como a crise iniciada nos anos 1920, que causou a Grande Depressão, a ascensão dos totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial. Hoje, cresce aos milhões o número de pessoas que são afastadas dos seus postos de trabalho, e as famílias que são forçadas a recorrer a uma segurança social, cada vez mais descapitalizada, para satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência. A narrativa ultraliberal está em rápida decadência no terreno prático, mas não encontrou ainda alternativa teórica coerente e muito menos uma narrativa suficientemente robusta para inspirar políticas públicas efectivas capazes não só de relançar a economia como de reconstruir uma sociedade onde os seus membros possam viver com sentido de propósito, e a esperança de que a estabilidade do seu modo de vida não vai ser ceifada debaixo das ondas de choque da próxima crise cíclica. A questão central deste artigo consiste em saber como é que as diferentes doutrinas e interpretações associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável poderão fazer parte dessa narrativa de que as sociedades actuais estão, urgentemente, carecidas.

I. Transição global suave

Desde 1987 que o conceito de desenvolvimento sustentável (doravante, DS) entrou no «main-stream» dos discursos que procuram cruzar economia e ambiente. O Relatório Brundtland e a autoridade moral das Nações Unidas foram decisivos para uma progressiva difusão, primeiro nos universos das políticas públicas, e depois junto do tecido produtivo e nas próprias rotinas da gestão empresarial. É claro que a procura pela articulação entre economia e ecologia (o nexos central da sustentabilidade, ao qual se devem associar a dimensão social e a vertentes institucional e cultural) não começou em 1987. Pelo contrário, desde John Stuart Mill (1848) a Schumacher (1973), passando por Boulding (1966), são muito numerosos os pensadores de formação económica que tentaram perceber como sendo essencial – o impacto ambiental da actividade eco-

nómica – aquilo que a economia convencional remetia para o domínio de uma esfera de negligenciável externalidade (Ver na Bibliografia: «Referências clássicas e raízes» e «Definindo os conceitos e os métodos»).

A fixação do conceito de DS tem sido um processo complexo, criativo, marcado por amplas polémicas, manifestando uma evidente marca de pluralidade. Contudo, a corrente mais importante está ligada ao que me proponho designar como a escola que defende a viabilidade de uma transição para uma economia mais sustentável sem rupturas, mantendo e aprofundando, com reformas no sentido de maior sustentabilidade e maior transparência, a arquitectura da globalização. Nos anos 90 essa corrente caracterizava-se pelas apostas na alteração das políticas produtivas e industriais (Wallace, 1995; Aires, 1998), uma preocupação que é hoje liderada pela OCDE na sua linha de «Green growth» (crescimento verde). Outro aspecto relevante era constituído pela aposta no «*decoupling*» e no «capitalismo natural», o que conduzia à procura de uma diminuição radical do consumo de energia e de matérias na produção de cada unidade de PIB (Weizäcker, 1994; McDonough, 2002; Hawken, 2004). Mas a mais poderosa e influente corrente, nesta primeira escola, foi sem dúvida a que se destacou no vínculo entre reforma das políticas e tecnologias energéticas, aproveitando a crescente relevância da temática das alterações climáticas a partir de meados da primeira década deste século.

Os conhecidos alertas de Stern e Gore, em 2006, foram decisivos para que as políticas públicas se tivessem voltado, com ímpeto renovado, para a urgência de dar combate à ameaça climática. Entre 2007 e 2009 a União Europeia liderou os esforços internacionais para que, em Dezembro de 2009, no decurso da COP 15 de Copenhaga, tivesse sido possível encontrar um regime internacional no âmbito da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla inglesa). Foram traçadas verdadeiras estratégias globais (Stern, 2009; Gore, 2009). Mesmo depois do amargo falhanço de Copenhaga, a crença numa viragem estrutural da economia, neste caso ao nível da União Europeia, alimentada pelo combate às alterações climáticas, continuou a reunir inteligências e a mobilizar esforços (ECF, 2010).



II. Colapso: para além da esperança

A credibilidade de uma transição gradual – muito enfraquecida pelo modo como a bandeira da sustentabilidade tem sido abandonada pelos Estados após o início da crise económica global em curso – tem sido contestada por uma corrente que, embora com variações distintas, considera que a nossa civilização acordou demasiado tarde para a possibilidade do DS. Alguns autores cimentam o seu cepticismo na incúria como nos deixámos arrastar até ao «pico do petróleo» sem qualquer alternativa energética válida. A nossa civilização sucumbiria, mesmo antes de se começar a sentirem os piores efeitos das mudanças climáticas, sob o frio e o gelo da atrofia energética (Heinberg, 2003 e 2004; Kunstler, 2005). Para outros, esticámos a corda demasiado tensamente e mesmo as mais virtuosas respostas parecem ser insuficientes para fazer regredir a inércia perversa de um ecossistema cuja resiliência se arrisca a ter sido irremediavelmente

quebrada (Lovelock, 2007). Para outros, ainda, a corrida contra a catástrofe climática já foi praticamente perdida. A Terra corre o risco de ficar com uma atmosfera cada vez mais próxima da de Marte, comprometendo com isso a sobrevivência da humanidade (Hansen, 2009).

A probabilidade do colapso foi colocada de modo rigoroso e fundamentado, a partir de uma perspectiva de história comparada, por Jared Diamond (2004). Ele mostrou que múltiplas civilizações têm sido confrontadas ao longo da história com desafios de (in)sustentabilidade. Umas são capazes de encontrar as respostas políticas e tecnológicas adequadas e prosperam. Outras, pela incúria e falta de visão estratégica, acabam por «escolher» o colapso. A singularidade, contudo, reside em que a nossa civilização tecnológica é a primeira de dimensão planetária. Um colapso hoje teria dimensões dantescas e custos humanos e materiais astronómicos.



III. Para além da sustentabilidade: o decrescimento

A contestação mais séria, contudo, do DS é proveniente de uma linha de pensamento e intervenção, também ela diversa e polifacetada, que, embora comungando das preocupações ambientais do DS, acaba por criticar aquilo que é considerado ser ainda um compromisso com a economia clássica. Estou a referir-me aos proponentes de uma economia do decrescimento. Trata-se de uma corrente com uma forte componente académica, procurando fundar-se numa crítica profunda dos fundamentos da mo-

dernidade tecnológica (Gras, 2008; Flahault, 2008). Para estes autores, o «desenvolvimento» acaba por ser uma máscara do crescimento. Ora, o crescimento é o problema e não a solução. Um proponente particularmente relevante desta via é a do francês Serge Latouche. Ele avança com uma nova teoria económica, a do «decrescimento sereno», baseada em 8 R: reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir e reutilizar/reciclar (Latouche, 2007). Outro autor importante é o britânico Tim Jackson, que propõe uma reestruturação das polí-



ticas públicas baseando-se na perspectiva da «prosperidade sem crescimento», retomando a inspiração clássica de John Stuart Mill entre crescimento material (que tinha limites físicos) e o crescimento qualitativo da cultura e de todos os elementos do que ele designava como «arte de viver» (*art of living*), ilimitado por natureza (Jackson, 2009). A presença mais forte de alguns seguidores desta tendência, céptica em relação ao DS, situa-se no plano prático. Na linha de Rob Hopkins, fundador do Movimento da Transição, a preocupação central já não é a de propor grandes reformas a nível governamental, mas a de intervir nas agendas locais e municipais mobilizando os cidadãos para pequenos passos, reduzindo o consumo de energia e matérias-primas, reduzindo a dependência do consumo excessivo, envolvendo os municípios em lutas concretas, no sentido de uma mudança radical do modelo económico e social (Hopkins, 2008; Chamberlin, 2009). No fundo, mesmo que o sistema internacional venha a entrar em colapso, a reconstrução terá de começar a partir do espaço onde se encontram as pessoas concretas. Nessa medida, a política que importa é sempre a política local.

IV. O futuro está em aberto

Nos dias que correm o optimismo não é certamente um sinal de inteligência. Mas o pessimismo, por seu turno, tenderá a subestimar as possibilidades escondidas de romper as inércias que parecem condenar a nossa civilização a uma implosão ou a um colapso. Só quem acreditar que já sabemos o suficiente para poder definir o futuro tombará numa atitude de prostração paralisante. Para quem recusar a arrogância o futuro estará em aberto, por mais difícil que seja rasgar uma frincha de esperança razoável

na sombra dos dias. A incerteza em matéria de conhecimento acerca do estado futuro do Mundo não nos dispensa do dever ético de salvuardarmos o planeta como casa habitável para as gerações futuras (Ver na Bibliografia: «dimensão ética»). A luta pela sustentabilidade, em qualquer dos vários nomes que ela tem vindo a assumir nas últimas décadas e em qualquer das frentes onde ela se joga – nas políticas, nas empresas, no espaço doméstico –, permanecerá como o terreno de luta privilegiado para todos aqueles que não desistem do que é justo e necessário.

Bibliografia classificada (organizada cronologicamente)

1. Referências clássicas e raízes

John Stuart Mill, *Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy*, (1ª ed.: 1848), New York, Reprints of Economic Classics, Augustus M. Kelley, 1965.
Arthur Cecil Pigou, *The Economics of Welfare* (1ª ed.: 1920), London, McMillan, 1932.

Karl Polanyi, *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time* [1944], Boston; Beacon Press, 2001.

Kenneth E. Boulding, «The economics of the coming spaceship Earth», *Environmental Quality in a Growing Economy*, H. Jarrett (ed.), Washington, D.C., The John Hopkins Press, 1966, pp. 3-14.

E. F. Schumacher, *Small is Beautiful*, London, Blond & Briggs Ltd, 1973 (edição portuguesa: *Small is Beautiful. Um Estudo de Economia em que as Pessoas também contam*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980).

2. Definindo os conceitos e os métodos

H. Daly, e J. Cobb, *For the Common Good*, Boston, MA, Beacon Press, 1990.

H. Diefenbacher, «The Index of Sustainable Economic Welfare: a case study of the Federal Republic of Germany», In: Cobb, C. e J. Cobb, Jr. (eds.), *The Green National Product: A Proposed Index of Sustainable Economic Welfare*, 1994.

T. Jackson, *Measuring Sustainable Economic Welfare – A Pi-*

lote Index 1950-1990, Stockholm Environment Institute, in cooperation with the New Economics Foundation-UK, Stockholm, 1994.

M. Max-Neef, 1991, *Human Scale Development: Conception, Application and further Reflections*, New York, NY, The Apex Press, 1991.

Costanza, Robert, Ralph d'Arge, et al., «The value of the world's ecosystem services and natural capital», *Nature*, vol. 387, 15 de Maio de 1997, pp. 253-269.

Henrique Schwarz, *Perspectivas Ecológicas em Economia*, Lisboa, Celta, 2005.

Molly Scott Cato, *Green Economics. An Introduction to Theory, Policy and Practice*, London, Earthscan, 2009.

3. Transição global suave

David Wallace, *Environmental Policy and Industrial Innovation. Strategies in Europe, the U.S. and Japan*, London, The Royal Institute of International Affairs- Earthscan Publications, 1995.

Ernst von Weizäcker, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, *Factor Four. Doubling Wealth, Halving Resource Use*, London, Earthsan, 1998.

Robert U. Aires (ed.), *Eco-restructuring: Implications for Sustainable Development*, Tokyo/New York/Paris, United Nations University Press, 1998, pp. 46-49.

William McDonough e Michael Braungart, *Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things*, New York, North Point Press, 2002.

Paul Hawken, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, *Natural Capitalism. The Next Industrial Revolution*, London, Earthscan, 2004.

Nicholas Stern, *A Blueprint for a Safer Planet. How to Manage Climate Change and Create a New Era of Progress and Prosperity*, London, The Rodley Head, 2009, 246 pp. (edição portuguesa: *O Desafio Global*, Lisboa, Esfera do Caos, Coleção Gulbenkian Ambiente, 2009).

Al Gore, *A Nossa Escolha. Um Plano para Resolver a Crise Climática*, Lisboa, Esfera do Caos, Coleção Gulbenkian Ambiente, 2009.

European Climate Foundation, *Roadmap 2050. A Practical Guide to a Prosperous Low-Carbon Europe*, 2010.

4. Dimensão ética

Joerg Chet Tremmel, *A Theory of Intergenerational Justice*, London-Sterling, VA, Earthscan, 2009.

Richard P. Hiskes, *The Human Right to a Green Future. Environmental Rights and Intergenerational Justice*, New York, Cambridge University Press, 2009.

Philippe Bordeyne et al. (eds.), *Éthique et Changement Climatique*, Paris, Le Pommier, 2009.

Patrick Viveret, *Reconsidérer la richesse*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2010.

5. Decrescimento e prosperidade alternativa

Nicolas Ridoux, *La Décroissance pour tous*, Lyon, Parangon/Vs, 2006.

Serge Latouche, *Petit traité de la décroissance sereine*, Paris, Mille et Une Nuits, 2007 (edição portuguesa: *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Lisboa, Edições 70, 2011).

Alain Gras, *Fragilité de la puissance. Se libérer de l'emprise technologique*, Paris, Fayard, 2008.

François Flahault, *Le crépuscule de Prométhée. Contribution à une histoire de la démesure humaine*, Paris, Mille et Une Nuits, 2008.

Tim Jackson, *Prosperity without Growth. Economics for a Finite Planet*, London- Sterling, VA, 2009.

Baptiste Mylondo (ed.), *La Décroissance économique. Pour la soutenabilité écologique et l'équité sociale*, Broissieux, Éditions du Croquant, 2009.

6. Economia aplicada de transição de base local

Rob Hopkins, *The Transition Handbook. From Oil Dependency to Local Resilience*, Totnes, Green Books, 2008.

Shaun Chamberlin, *The Transition Timeline. For a Local, Resilient Future*, Totnes, Green Books, 2009.

7. História e futuro da civilização tecnológica: o risco de colapso

Martin Rees, *Our Final Hour*, New York, Basic Books, 2003.

Lester R. Brown, *Plan B. Rescuing a Planet under Stress and a Civilization in Trouble*, New York/London, W.W. Norton & Company, 2003;

Richard Heinberg, *The Party's Over. Oil, War and the Fate of Industrial Societies*, Gabriola Island, British Columbia: New Society Publishers, 2003.

Roy Woodbridge, *The Next World War. Tribes, Cities, Nations and Ecological Decline*, Toronto, University of Toronto Press, 2004.

Jared Diamond, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, New York, Viking Penguin, 2004.

Richard Heinberg, *Powerdown. Options and Actions for a Post-Carbon World*, Forest Row, Clairview, 2004.

James Howard Kunstler, *The Long Emergency – Surviving the Converging Catastrophes of the Twenty-First Century*, New York, Grove/Atlantic, Inc., 2005.

George Monbiot, *Heat. How to Stop the Planet Burning*, London, Allen Çane/Penguin, 2006.

James Lovelock, *The Revenge of Gaia. Why the Earth is Fighting Back – and How We Can Still Save Humanity*, London, Penguin Books, 2007.

Mark Linas, *Six Degrees* [2007], London, Harper Collins, 2008;

James Hansen, *Storms of my Grandchildren*, London, Bloomsbury, 2009.